

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 24119/23
Rubrica: @ Fls: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades**PROTOCOLO**

Identificador: 706db2ae-4c31-4f85-85aa-d01053492b8f

Protocolo: Processo Requerimento Nº 024119/2023

Data: 06/09/2023 16:01:43

Origem: RIOCARD TECNOLOGIA DA INF. S/A
*** contatos indisponíveis ***Contato: RIOCARD TECNOLOGIA DA INF. S/A
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 06/09/2023 16:01:57	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	24.119/23
Rubrica	03

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades**PROTOCOLO**

Identificador: 706db2ae-4c31-4f85-85aa-d01053492b8f

Protocolo: Processo Requerimento Nº 024119/2023

Data: 06/09/2023 16:01:43

Origem: RIOCARD TECNOLOGIA DA INF. S/A

*** contatos indisponíveis ***

Contato: RIOCARD TECNOLOGIA DA INF. S/A

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 06/09/2023 16:01:57	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA FRIBURGO**

Pregão eletrônico nº 157/2023

Processo administrativo nº 5561/2023

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63, com endereço na Rua da Assembleia, 10, salas 3311 e 3411, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.011-901, vem, por intermédio do seu representante legal, nos termos do previsto no subitem 6.6 do Edital, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

face às irregularidades havidas no instrumento convocatório que impedem a participação desta empresa nesta licitação, restringindo demasiadamente a competitividade deste processo e, por conseguinte, a legalidade do certame, pressupostos essenciais da licitação, consoante os fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que a sessão pública inaugural para abertura das propostas das licitantes e oferta de lances ocorrerá no dia 14 de setembro do corrente ano e, considerando que se estabelece no subitem 6.5 do Edital o prazo de 3 (três) dias úteis, anteriores à data fixada

para recebimento das propostas para a interposição de impugnações, este instrumento se demonstra, claramente, tempestivo, sendo protocolizado em 06 de setembro de 2023.

2. DOS FATOS

Trata-se de processo licitatório cujo objeto se destina a contratação de empresa para o gerenciamento do sistema de bilhetagem eletrônica e monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.

Ocorre que esta empresa, ora impugnante, interessou-se pelo referido certame e, mediante a obtenção da primeira versão do edital, ao efetuar uma análise mais detalhada de seus requisitos, verificou naquela ocasião a existência de inúmeras irregularidades que foram devidamente apontadas, oportunamente, por intermédio de impugnação apontando as questões que impediam ou dificultam a sua participação no presente certame.

Dentre estes pontos, em breve síntese, verificou-se que: havia a previsão de comprovação de inscrição em entidade de fiscalização de forma subjetiva; subcontratação sem indicação de limites; menção equivocada da localidade dos serviços; inexistência de planilha de formação de custos e, por fim comprovação de níveis de serviços sem definição de critérios. Todos estes aspectos foram analisados pela Prefeitura de Nova Friburgo que decidiu suspender a licitação para retificar o edital.

Postos estes aspectos, posteriormente houve a retificação dos tópicos impugnados e a republicação do edital. Contudo, na nova versão, e de forma surpreendente, constatou-se que houve a inserção de **requisito impeditivo direto a participação desta empresa que não constava na versão inicial do edital**, denotando, assim, que a apresentação da impugnação à versão anterior do edital, de forma absurda, corroborou para que a atual fosse alterada com a finalidade de vedar a sua participação.

Além disso, cabe-nos ressaltar que o objeto da presente licitação versa sobre a contratação de prestação de serviço público, evidenciado por diversas passagens do edital que tratam da temática de delegação de serviço, restando assim, cristalina, a absurda aberração da

decisão de se realizar esta disputa por meio da modalidade licitatória pregão, quando, na verdade, deveria ser realizada por meio de concorrência pública, nos termos dos preceitos estipulados na legislação.

Ora, cabe-nos evidenciar, com base no conjunto de argumentos mencionados acima, que continua existindo neste processo licitatório elementos que ofendem, diretamente, o princípio da isonomia e competitividade, do julgamento objetivo, dentre outros, além de nesta oportunidade serem inseridos elementos de impedimento direto a condição subjetiva da licitante de participar deste certame **sem qualquer tipo de fundamento**. Esta conduta caracteriza grave ofensa aos preceitos licitatórios e inviabilizam a participação de determinadas empresas licitantes, pautadas em condições restritivas sem qualquer justificativa.

Diante destas patentes ilegalidades, esta licitante, ora impugnante, viu-se compelida a apresentar novamente a presente impugnação, objetivando que seja, por fim, suspensa esta licitação, retificando-se este edital, e sejam escoimadas as ilegalidades restritivas a participação desta licitante, bem como que seja revista a modalidade licitatória escolhida, adequando-a àquela prevista na legislação para a execução do presente objeto.

3. DOS FUNDAMENTOS

3.1. DO ILEGAL IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME LICITATÓRIO

Inicialmente, cabe-nos salientar que os impedimentos constantes nos subitens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital do presente processo licitatório constituem-se como elementos que afrontam às disposições constitucionais, legais e jurisprudenciais atinentes ao tema, considerando que ao se estabelecer que a condição societária da empresa, de per si, constitui-se como causa de impedimento a sua participação em disputa licitatória estar-se-ia ampliando demasiadamente o rol de impedimentos previstos no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

Vejamos a reprodução literal dos seguintes subitens previstos no Edital:

7.4 - Não poderá participar da presente licitação as empresas que:

(...)

7.4.6 - Participem de sociedades empresárias operadoras do sistema de bilhetagem eletrônica e monitoramento de frota pertencentes a um grupo econômico, de fato ou

de direito, assim entendidas aquelas que possuam, no todo ou em parte, identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores que operem o sistema de transporte público;

7.4.7 - De confederações, federações, sindicatos ou entidades e associações representativas de qualquer espécie que congreguem membros referidos no item 7.4.6;

7.4.8 - De novas empresas constituídas ou novos arranjos societários de qualquer espécie cujos sócios ou integrantes sob qualquer título se enquadrem no item 7.4.6;

Dessa forma, é de salutar importância evidenciar que tais questões não integravam o rol de impedimentos existentes na versão anterior do edital, fazendo-se, então, necessário verificar se tais limitações, ainda que desprovidas de fundamentos, foram realizadas com o objetivo de excluir esta empresa do rol de licitantes aptas a participar deste certame, após a apresentação de pedidos de esclarecimentos e impugnação ao instrumento convocatório. Tal situação leva-nos a crer que estes subitens podem ter sido inseridos em virtude desta empresa ter apresentado anteriormente, repise-se, impugnação administrativa à versão inicial do edital e, em decorrência disto, com o intuito claro de impedi-la de participar deste certame.

Em adição, inobstante o fato desse órgão licitante ter optado por inserir em edital licitatório tais restrições dotadas de patente ilegalidade, cabe-nos apontar os devidos fundamentos contrários a estes requisitos com o intuito de corroborar com a decisão administrativa de análise desta impugnação para rever tais impedimentos, com base em uma análise sistemática do ordenamento jurídico.

Posto isto, considerando a necessidade de abordagem mais completa desta temática, a questão deve ser observada com base nos postulados do direito administrativo, perpassando, necessariamente, pela temática constitucionalista e dos princípios hermenêuticos. A priori, o art. 9º da Lei 8.666/93 apresenta as situações inerentes aos impedimentos de servidores ou licitantes envolvidos diretamente na licitação ou impedidos de participar, não podendo deixar de se considerar que o rol de impedidos de participar, sejam pessoas físicas ou jurídicas, previsto neste dispositivo legal, é *numerus clausus*, ou seja, taxativo, podendo, obviamente, ser ampliado apenas mediante estipulação por outra lei.

O ilustre professor Jessé Torres Pereira Júnior¹ apresenta, de forma brilhante, importantes colocações doutrinárias sobre o tema, relatando que “em diversas situações, a consagrada regra de hermenêutica, segundo a qual as normas legais que impõem restrições ao exercício de direitos devem ser interpretadas literalmente, evitando-se a ampliação das restrições a hipóteses não previstas, não são suficientes para o deslinde do caso concreto.” O intuito desta premissa é delimitar o dispositivo legal em comento e, além disso, orientar a conduta da Administração Pública com base nos princípios da moralidade e isonomia, haja vista que qualquer restrição imposta afeta as condições das licitantes aptas a participar de licitações. No presente caso a limitação versa, exclusivamente, sobre impedir determinada licitante que detenha a condição de sociedade operadoras de sistema de bilhetagem ou grupo econômico participe desta licitação, incluindo as eventuais pessoas físicas interligadas a este grupo de empresas.

Notadamente, cumpre-nos, antes de discorrer detalhadamente sobre o tema, reproduzir as hipóteses legais atinentes aos impedimentos para a participação em certames licitatórios, previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

¹ PERERA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública. Pag. 158. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

De forma reiterada, cabe evidenciar que o intuito deste dispositivo vislumbra a proteção direta dos princípios da isonomia e da moralidade administrativa e, por resultar em restrição de direito, bem como apriorístico no tocante à sua potencialidade de influência nociva ao certame, o rol constante no art. 9º da Lei nº 8.666/93 deve ser interpretado restritivamente, não podendo, pois, ser alargado pelo intérprete da lei (art. 37, XXI, da CF/88).

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União possui antigo e pacífico entendimento por intermédio do Acórdão nº 603/97, Ministro Humberto Guimarães Souto que relata: “Não há impedimento à participação de cooperativa em licitação. O edital, no vol. 1, às fls. 2951/2958, não vedou a participação de cooperativa no certame. e, tampouco há impedimento legal, pois o texto do art. 9º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - que veda a participação de determinadas pessoas em procedimento licitatório - não inclui a cooperativa. **A regra do art. 9º, da Lei nº 8.666/93 deve ser interpretada restritivamente**, mormente quando confrontada com o estímulo às atividades das cooperativas, em âmbito constitucional, a teor dos arts. 5º, XVIII e 174, §2º. **Destarte, qualquer interpretação tendente a restringir a participação de interessados em hipótese não prevista em lei, restará inadequada, por afrontar o princípio da isonomia e o postulado da legalidade**, consagrado no inciso II, art. 5º, da Constituição da República: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.”

Nesta linha de argumentos, não se pode admitir a continuidade desta situação na qual, a partir de uma mera presunção descabida e *contra legem*, determinado órgão licitante, sendo no presente caso a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, inviabilize a participação de potencial licitante, que porventura poderia apresentar a melhor proposta para a Administração, com base em requisito ilegal. Além disso, a redução do quantitativo de licitantes neste processo potencializa a possibilidade de contratação por preços significativamente superiores ao estimado. Ao se preterir, de forma ilegal, determinado licitante do certame e, conseqüentemente, inviabilizando-a de ter a expectativa de direito de contratar com o Poder

Público, permite-se a também ocorrência da possibilidade de penalização administrativa à participação, sem qualquer justificativa plausível ou fundamento legal.

Portanto, resta claro que ao impedir a participação de determinada empresa em detrimento de seu arranjo jurídico societário se constitui em manifesta violação à liberdade de livre iniciativa, fundamento da República Federativa do Brasil, conforme previsto no inc. IV, do art.1º, da Constituição Federal. Não há como se confundir a hipótese de inviabilizar a participação de determinada empresa devido a sua configuração societária com o fato de permitir duas ou mais empresas integrantes do mesmo grupo econômico de participarem da mesma situação, hipótese que não se aplica ao caso em tela. Tal hipótese sequer é pretendida pela empresa ora impugnante.

Torna-se ainda importante evidenciar que a livre iniciativa está consagrada na ordem econômica constitucional e é fundamento da própria República Federativa do Brasil, permitindo ao particular atuar com total liberdade no âmbito mercadológico da livre concorrência, devendo eventuais impedimentos ao exercício da atividade empresarial serem ressalvadas apenas por proibições legais. Não se tolera restrição a tal liberdade, sem o devido respaldo legal, não sendo cabido a Administração Pública, ao seu mero alvedrio inovar criando novas limitações.

A boa-fé nas relações travadas entre administrados e Administração Pública é a regra, sendo incontestável o viés voltado a não frustrar o verdadeiro objetivo da licitação que corresponde a obtenção da proposta mais vantajosa, assegurando aos licitantes interessados possibilidades para realizarem negócios na esfera governamental, ao mesmo tempo em que garante aos administrados a prerrogativa de participarem dos negócios estatais.

Destarte, a busca pela oferta mais satisfatória, com a respectiva escolha da melhor proposta apresentada, não é algo sujeito a interpretações subversivas e traumatizantes, sob pena de se violar o pórtico constitucional da função social da empresa, corolário da própria função social da propriedade (CF, art.5º, XXIII).

Afinal, ao inviabilizar a participação de uma empresa tão-somente pelo fato de sua organização societária, estará o Estado negando, de forma injusta e desarrazoada, o direito daquela mesma empresa ter acesso ao mercado público e, dessa forma, prestar um serviço e, conseqüentemente, perceber um acréscimo patrimonial legítimo que seria necessário para o investimento em sua estrutura e na ampliação dos postos de trabalho.

Resta, ainda, consignar o próprio princípio da economicidade, preconizado no art. 70, caput, da Carta de 1988, no qual tal princípio serve de fonte para a própria finalidade da licitação estabelecida no art. 3º da Lei nº 8.666/93, qual seja, a busca pela proposta mais vantajosa à Administração. Trata-se da pretensão de alcançar o melhor custo-benefício na contratação.

Além de a cláusula que veda a participação da ora impugnante ser manifestamente ilegal, conforme fartamente já exposto, penaliza, principalmente, a própria Administração e os munícipes que vão se beneficiar do serviço, haja vista que não terão uma disputa isonômica e eficiente.

Vale destacar, ainda, que o objeto da presente licitação – Sistema de Bilhetagem Eletrônica, não se confunde com a prestação de serviços de transporte público. Tais atividades são completamente distintas.

Em resumo, a constituição jurídica da empresa licitante, por si só, não pode servir de supedâneo para justificar o impedimento de sua participação em certame licitatório, visto que não há previsão expressa em dispositivo legal no tocante ao impedimento de participação de pessoa física ou de pessoa jurídica que seja integrante de outra sociedade empresária ou determinado grupo econômico. A presunção ou ainda o descontentamento com determinada empresa licitante/concorrente, que outrora apresentou impugnação ao edital, exercendo sua prerrogativa legal em atacar eventuais ilegalidades, não pode instrumentalizar atualmente, sob a égide do estado democrático de direito, qualquer impedimento ou restrição a participação de qualquer pleito licitatório, devendo, assim, esta patente ilegalidade ser escoimada do presente Edital.

3.2. DA IRREGULARIDADE DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO ESCOLHIDA PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Em simples análise do objeto deste processo licitatório observa-se que esta contratação versa sobre prestação de serviço público, haja vista se tratar de uma atividade essencial da população, não restando nenhuma dúvida acerca desta característica. Corroborando com esta temática, depreende-se ser necessário reproduzir o conceito do professor Hely Lopes

Meireles², que define serviço público como “todo aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado”.

Vejamos a reprodução de trechos do edital que corroboram com o entendimento de que a presente contratação se trata, eminentemente, de prestação de serviço público.

4.3 – Decisões Estratégicas Preliminares

Considerando esses novos aspectos que envolvem um processo de licitação desta natureza, algumas decisões estratégicas precisaram ser tomadas sobre três modelos centrais que estão inseridos no serviço de transporte público coletivo: **Modelo de Delegação**; Modelo de Gestão e Modelo de Remuneração.

Sendo certo que no cenário atual da **prestação do serviço público** de transporte urbano no Município de Nova Friburgo, o Modelo de Delegação é um ponto central de decisão pois dele decorrem a construção de todos os outros elementos constitutivos do projeto e tem as seguintes funções:

- Definir o relacionamento entre o gestor e o prestador de serviço;
- Envolver aspectos técnicos, políticos e jurídicos;
- Dar transparência e equilíbrio no processo licitatório;
- Não visa “proteger” o Poder Público nem o futuro operador;
- Atrair operadores maduros e, se for o caso, promover o patamar de bons operadores locais.

Objetivamente, o Modelo de Delegação engloba, caracteriza e formaliza os seguintes aspectos:

- Objeto da Delegação;
- Condições de Operação no Mercado;
- Condições de Acesso ao Mercado;
- Condições de Saída do Mercado.

4.4 - Modelo de Delegação

Após avaliações detalhadas sobre alguns possíveis modelos o Chefe do Poder Executivo do Nova Friburgo optou por um modelo que, dentre outras características, dá ao Poder Público autonomia plena de atribuições na Gestão e no Controle dos serviços. Aqui se apresentam seus

² MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Pág. 320. São Paulo: Malheiros, 2002.

Segundo leitura e interpretação literal do art. 175 da CF/88, o serviço público corresponde a uma incumbência do Estado, que pode prestá-lo diretamente ou indiretamente por intermédio de concessão ou permissão, vejamos:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado.

Diante destas colocações, serão apresentadas nesta impugnação algumas principais características do regime jurídico da concessão de serviços públicos que não foram devidamente observadas neste processo licitatório, que poderão, sem prejuízo de outros, inclusive, ocasionar processo de responsabilização administrativa dos servidores envolvidos na presente contratação, dentre elas:

a) **exigência de prévia de licitação na modalidade concorrência pública**: o art. 2º, II, da Lei 8.987/95 determina que a outorga da concessão de serviço público depende, obrigatoriamente, da realização de licitação na modalidade concorrência pública;

b) **ausência de previsão no Edital do concessionário assumir a prestação do serviço público por sua conta e risco**: todos os danos decorrentes da prestação do serviço público concedido são de responsabilidade do concessionário. Em conformidade com entendimento do STF sobre o tema (RE 591.874/MS), tanto os prejuízos causados a usuários, quanto aqueles que atingem terceiros não-usuários, devem ser indenizados objetivamente, isto é, sem que a vítima tenha necessidade de demonstrar culpa ou dolo do prestador. Além de objetiva, a responsabilidade do concessionário é direta na medida em que não pode ser acionado diretamente o Estado para ressarcir danos decorrentes da prestação de serviços públicos em concessão. A responsabilidade do Estado, quando o serviço público é prestado por concessionários, é subsidiária já que só responde pelo pagamento da indenização se o

concessionário, depois de acionado pela vítima, não tiver patrimônio suficiente para ressarcimento integral dos danos causados; e

c) **inexistência de indicação no Edital da lei específica autorizativa desta concessão**: é importante destacar que apenas por intermédio de lei se decide a forma como deve ser realizada a prestação do serviço público, seja diretamente pelo Estado, por outorga a pessoas governamentais ou, indiretamente, mediante delegação a concessionários. Assim, verifica-se ser interessante e necessária a indicação no Edital do número da lei específica autorizando que este serviço público seja prestado mediante concessão.

Pois bem, torna-se importante evidenciar ainda outro aspecto importante neste processo licitatório, haja vista que, por se tratar de contratação de serviço público, a principal legislação aplicável corresponde à Lei nº 8.987/95 que disciplina as regras específicas atinentes à concessão de serviço público, aplicando-se, supletivamente, as regras da Lei nº 8.666/1993. Ora, verifica-se que este certame apesar de estar pautado na contratação de prestação de serviço público, se ampara principalmente na Lei nº 8.666/93, situação na qual deveria a utilizar de maneira supletiva.

Em adição aos comentários acima expostos, outro ponto importante se refere à modalidade licitatória escolhida, por meio do qual não nos cabe apresentar argumentos dotados de elevada profundidade, tendo em vista que se trata de uma prerrogativa legal, considerando que qualquer licitação para fins de contratação de prestação de serviço público deve ser realizada na modalidade concorrência pública, diversamente da forma apresentada neste processo por meio de pregão.

Sendo assim, torna-se importante evidenciar que é notório que este pleito versa, de fato, sobre uma concessão de prestação de serviços públicos, considerando-se a forma de descentralização e delegação realizada e, dentre, as inúmeras peculiaridades existentes do Edital indicativas desta premissa, importante ressaltar **a exigência obrigatória da realização da licitação por intermédio da modalidade concorrência pública**, ainda que seja indicada nos autos do processo licitatório, devido a sua natureza contratual, a lei específica autorizativa, além, dos prazos contratuais compatíveis com o retorno do investimento a ser realizado.

Por fim, mediante estudos e levantamentos realizados, verificou-se a inexistência de procedimento licitatório para a contratação do referido objeto por intermédio de

pregão eletrônico, sendo todas as licitações referentes ao mesmo objeto realizadas por meio de concorrência pública.

4. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, a **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A**,
requer:

- a) o recebimento da presente impugnação e seu respectivo provimento;
- b) a suspensão do presente processo licitatório, para fins retificação do edital e a exclusão dos requisitos impeditivos ilegais previstos nos subitens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital.
- c) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de retificação do edital para a correta seleção da modalidade licitatória prevista para contratação de prestação de serviços públicos; e
- d) a indicação, no preâmbulo do edital, da lei específica autorizativa para fins de celebração de processo licitatório para contratação de prestação de serviço público.

Diante de tais alterações, tornar-se-á necessário realizar a republicação do edital e respectiva reabertura dos prazos para apresentação de proposta, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, RJ, 06 de setembro de 2023.

Atenciosamente,

RENATA DE ALMEIDA
FARIA:00377471771

Assinado de forma digital por
RENATA DE ALMEIDA
FARIA:00377471771
Dados: 2023.09.06 14:49:34 -03'00'

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

CNPJ: 09.127.934/0001-63

RENATA DE ALMEIDA FARIA

Diretora Executiva

E-mail: renata.faria@riocardmais.com.br

Pag. 1/7

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63
NIRE: 33.3.0028405-2
("Companhia")

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023**

1. **Data, hora e local:** Em 28 de março de 2023, às 13:00 horas, na Rua da Assembleia nº 10, salas 3311 e 3411, 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-001.
2. **Convocação e Presenças:** Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos Conselheiros conforme assinaturas na lista de presença anexa a esta ata, com quórum estatutário para as deliberações da ordem do dia.
3. **Mesa:** Presidente: Jorge Manuel Pereira Dias; Secretária: Daniele Massoto.
4. **Ordem do Dia:**


4.1. Aprovar a eleição da Diretoria da Companhia;


5. **Deliberações:** Após discutida a única matéria objeto da ordem do dia citada no item 4, foi deliberado o que se segue:

5.1. Por unanimidade de votos, os Conselheiros presentes, na forma do inciso (vi) do art. 21 do Estatuto Social, aprovaram a eleição do Sr. **ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº MG-408-520 e CPF/ME sob o nº 277.764.336-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua da Assembleia, nº10, 39º andar, sala 3901 a 3910, Centro, CEP 20011-901 para DIRETOR PRESIDENTE da Companhia e da Sra. **RENATA DE ALMEIDA FARIA**, brasileira, solteira, analista de sistemas, portadora da Carteira de Identidade nº 06858164-4, expedida pelo IFP-RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.774.717-71, domiciliada e residente, inclusive para fins do disposto no §2º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andares, salas 3311 e 3411, CEP 20011-901 para DIRETORA EXECUTIVA, ambos com mandato de 02 (dois) anos, ou seja, até 28 de março de 2025, conforme previsão do art. 22 do Estatuto.

5.2. Os diretores ora eleitos tomaram posse de seus cargos imediatamente através da assinatura de Termo de Posse e declararam não estar impedidos ou incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a administração de sociedade empresária.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, a reunião foi encerrada para a lavratura desta Ata, que foi lida, aprovada e firmada por todos os presentes.

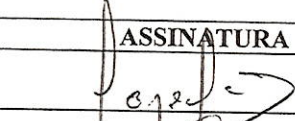
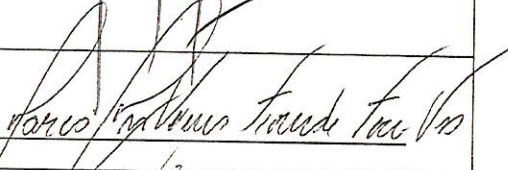


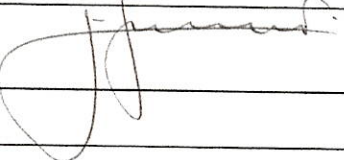

JORGE MANUEL PEREIRA DIAS
Presidente de Mesa


DANIELE DE OLIVEIRA MASSOTO
Secretária da Reunião

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ/ME nº 09.127.934/0001-63
NIRE: 33.3.0028405-2 ("Companhia")

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ASSINATURA
JORGE MANUEL PEREIRA DIAS	
MARCO ANTÔNIO FERES DE FREITAS	
FÁBIO TEIXEIRA ALVES	
VALMIR FERNANDES DO AMARAL	
JOÃO GOUVEIA FERRÃO NETO	

TERMO DE POSSE

Eu, **ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº MG-408-520 e CPF/MF sob o nº 277.764.336-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua da Assembleia, nº10, 39º andar, sala 3901 a 3910, Centro, CEP 20011-901, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Presidente da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.** ("Companhia"), NIRE 33.3.0028405-2 e CNPJ/ME 09.127.934/0001-63, conforme deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 28 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Para tanto, declaro que (i) não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do Art.147 da Lei 6.404/76; (ii) não estou condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do Art. 147 da lei 6.404/76; (iii) atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art.147 da Lei 6.404/76; e (iv) não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do Art. 147 da Lei 6.404/76.

Para fins do Art. 149 § 2º da Lei 6.404/76, indico o endereço acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.



ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR

TERMO DE POSSE

Eu, **RENATA DE ALMEIDA FARIA**, brasileira, solteira, analista de sistemas, portadora da Carteira de Identidade nº 06858164-4, expedida pelo IFP-RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.774.717-71, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua da Assembleia, nº10, 33º e 34º andares, salas 3311 a 3411, Centro, CEP 20011-901, tendo sido eleita ao cargo de Diretora Executiva da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.** ("Companhia"), NIRE 33.3.0028405-2 e CNPJ/ME 09.127.934/0001-63, conforme deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 28 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Para tanto, declaro que (i) não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do Art.147 da Lei 6.404/76; (ii) não estou condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do Art. 147 da lei 6.404/76; (iii) atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art.147 da Lei 6.404/76; e (iv) não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do Art. 147 da Lei 6.404/76.

Para fins do Art. 149 § 2º da Lei 6.404/76, indico o endereço acima, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.



RENATA DE ALMEIDA FARIA



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A, NIRE 333.0028405-2, PROTOCOLO 00-2023/302251-1, ARQUIVADO EM 19/04/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005431164, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
052.010.967-86	CLEBER BARROS

19 de abril de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1



Processo Nº: 24279/23

Rubrica 2 E.S. 23

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028405-2

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Name _____

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

00-2023/322961-2

JUCERJA

Último arquivamento:

00005431164 - 19/04/2023

NIRE: 33.3.0028405-2

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

Boleto(s):

Hash: BEA80D18-4315-4FB7-8B48-90F7B7C345E8

Orgão	Calculado	Pago
Junta	720,00	720,00
DNRC	0,00	0,00

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

Código Ato

Eventos

007

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ROBERTO FRANCISCO DA SILVA , RODRIGO OTÁVIO CARVALHO MOREIRA E SÉRGIO CARLOS RAMALHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

of 2 mg. + 10.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
SECRETÁRIO GERAL

Deferido em 26/04/2023 e arquivado em 27/04/2023

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

29

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

NIRE: 333.0028405-2 Protocolo: 00-2023/322961-2 Data do protocolo: 25/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005443514 e demais constantes do termo de autenticação.



Pag. 01/29